

CONCURSO PÚBLICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO



ATENÇÃO	GABARITO
VERIFIQUE SE O GABARITO DESTES CADERNO DE QUESTÕES CONFERE COM O DO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS	X

DATA: 20/09/2009 - DOMINGO - TARDE

CARGO: S55 - Auditor do Tesouro Municipal



FRASE PARA EXAME GRAFOLÓGICO (TRANSCREVA NO QUADRO DE SEU CARTÃO DE RESPOSTAS)

“A chave do sucesso na vida é o conhecimento do valor das coisas.”
John Boyle O’Reilly

A T E N Ç Ã O

O **Caderno de Questões** contém 30 questões de múltipla-escolha, cada uma com 5 opções (A, B, C, D e E).

1. Ao receber o material, verifique no **Cartão de Respostas** seu nome, número de inscrição, data de nascimento e cargo. Qualquer irregularidade comunique imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
2. As provas objetivas **3 e 4** terão juntas duração de 4 horas incluído neste tempo o preenchimento do **Cartão de Respostas**.
3. Leia atentamente cada questão e assinale no **Cartão de Respostas** a opção que responde corretamente a cada uma delas. O **Cartão de Respostas** será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento do **Cartão de Respostas** e a respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição do **Cartão de Respostas**, por erro do candidato.
4. Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas**:
 - A maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada.
 - Outras formas de marcação diferentes implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**.
 - Será atribuída nota zero às questões não assinaladas ou com falta de nitidez, ou com marcação de mais de uma opção, e as emendadas ou rasuradas.
5. O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.
6. Você só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização da prova após 60 minutos contados do seu efetivo início, **sem levar o Caderno de Questões**.
7. Você só poderá levar o próprio **Caderno de Questões** faltando 60 minutos para o término do horário da prova, conforme Edital do Processo Seletivo Simplificado.
8. Por motivo de segurança, só é permitido fazer anotação durante a prova no **Caderno de Questões**.
9. Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
10. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o **Cartão de Respostas**.
11. Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o **Cartão de Respostas**. Não esqueça seus pertences.
12. O **Gabarito Oficial da Prova Objetiva** será disponibilizado no site www.funccab.org, no dia 22/09/2009, conforme estabelecido no Cronograma Previsto.

BOA PROVA

Realização:



LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

91. Com base nas normas contidas na Lei Complementar nº 199/2004, suas posteriores alterações e regulamentações, no que concerne ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, analise as assertivas a seguir e assinale a opção correta.

- I. Contribuinte responsável por substituição é o tomador ou prestador de serviços que tenha interesse comum na situação que constitua fato gerador da obrigação principal.
- II. Entende-se por empresa, a pessoa física que admite para o exercício de sua atividade profissional, mais de 04 (quatro) empregados.
- III. A incidência do imposto independe da existência de estabelecimento fixo.

- A) somente as assertivas I e II estão corretas;
- B) somente a assertiva II está correta;
- C) somente a assertiva I está correta;
- D) somente a assertiva III está correta;
- E) todas as assertivas estão erradas.

92. Considera-se Alvará Provisório:

- A) o documento administrativo, de abrangência municipal, de caráter precário, que visa conferir legalidade de funcionamento, ocupação e instalação, com validade de 180 (cento e oitenta) dias e prorrogável, uma única vez, por mais 60 (sessenta) dias;
- B) o documento administrativo, de abrangência municipal, de caráter precário, que visa conferir legalidade de funcionamento, ocupação e instalação, com validade de 120 (cento e vinte) dias, desde que preenchidos os requisitos exigidos pela legislação e prorrogável, uma única vez, por igual período;
- C) o documento administrativo, de abrangência municipal, de caráter precário, que visa conferir legalidade de funcionamento, ocupação e instalação, com validade de 180 (cento e oitenta) dias e não prorrogável;
- D) o documento administrativo, de abrangência municipal, de caráter precário, que visa conferir legalidade de funcionamento, ocupação e instalação, com validade de 120 (cento e vinte) dias, desde que preenchidos os requisitos exigidos pela legislação e prorrogável, uma única vez, por mais 60 (sessenta) dias;
- E) o documento administrativo, de abrangência municipal, de caráter precário, que visa conferir legalidade de funcionamento, ocupação e instalação, com validade de 180 (cento e oitenta) dias, desde que preenchidos os requisitos exigidos pela legislação e prorrogável, uma única vez, por igual período.

93. Para efeitos do § Único do Art. 69 da Lei Complementar nº 199/2004, considera-se trabalho pessoal do próprio contribuinte, o executado:

- A) pessoalmente pelo contribuinte autônomo, com o auxílio de até 02 (dois) empregados, que não possuam a mesma qualificação profissional do empregador;
- B) exclusivamente pelo contribuinte autônomo, não podendo contar com o auxílio de empregados;
- C) pessoalmente pelo contribuinte autônomo, com o auxílio de no máximo 03 (três) empregados, que possuam a mesma qualificação profissional do empregador;
- D) pessoalmente pelo contribuinte autônomo, com o auxílio de 02 (dois) empregados, que possuam a mesma qualificação profissional do empregador;
- E) pessoalmente pelo contribuinte autônomo, com o auxílio de 01 (um) empregado, que possua a mesma qualificação profissional do empregador.

94. O proprietário de um imóvel localizado na área urbana do Município de Porto Velho cedeu-o gratuitamente para funcionamento de um hospital público. Acerca deste imóvel, no que concerne ao Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, está correto afirmar que:

- A) a partir da cessão estará definitivamente isento do pagamento do imposto;
- B) enquanto estiver ocupado pelo citado serviço, estará sob a égide da não incidência do imposto;
- C) em que pese a utilidade pública para a qual o imóvel foi destinado, este não é passível de nenhum benefício tributário;
- D) ficará dispensado da inscrição na repartição municipal competente;
- E) somente poderá gozar da isenção do pagamento do imposto se a cessão for reconhecida através de ato exclusivo do Chefe do Executivo.

95. Com base no disposto na Lei Complementar nº 199/2004, acerca do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, assinale a opção correta.

- A) Considera-se ocorrido o fato gerador no primeiro dia útil do exercício a que corresponda o imposto.
- B) A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel, obtido por avaliação do proprietário, para fins de lançamento e cobrança do imposto.
- C) Tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, por natureza ou acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.
- D) Na hipótese do imóvel situar-se apenas parcialmente no território do Município, o imposto será recolhido pelo Município onde estiver situada a maior porção do imóvel.
- E) O valor venal do imóvel construído será apurado apenas pelo valor das edificações existentes no terreno.

96. Em relação a imóveis edificados, o Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana será calculado aplicando-se sobre os valores estabelecidos como base cálculo, a alíquota de:

- A) 2,5%
- B) 2,0%
- C) 1,5%
- D) 1,0%
- E) 0,5%

97. Os documentos que servirem de base à escrituração fiscal serão emitidos e/ou escriturados em ordem numérica e cronológica, sem rasuras ou emendas e conservados no próprio estabelecimento, até que cesse o direito do Fisco constituir o(a):

- A) recolhimento;
- B) fato gerador;
- C) inscrição em dívida ativa;
- D) base de cálculo;
- E) crédito tributário.

98. Em se tratando de firma individual, as informações prestadas pelo próprio contribuinte na Guia de Informação Mensal do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (GIM), deverá ser apresentada à Secretaria Municipal de Fazenda:

- A) até o dia 05 do mês subsequente, aos serviços prestados, independentemente do seu recebimento.
- B) até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, aos serviços prestados, independentemente do seu recebimento.
- C) até o dia 10 do mês subsequente, aos serviços prestados, independentemente do seu recebimento.
- D) até o dia 05 do mês subsequente, aos serviços prestados, somente para os valores efetivamente recebidos no período de apuração.
- E) até o dia 10 do mês subsequente, aos serviços prestados, somente para os valores efetivamente recebidos no período de apuração.

99. Analise as assertivas abaixo e assinale a opção correta.

- I. O valor do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza poderá ser fixado por estimativa quando se tratar de contribuinte de rudimentar organização.
- II. O valor do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza será objeto de arbitramento uma vez constatada pela fiscalização serviços prestados sem a determinação do preço ou a título de cortesia.
- III. O valor fixado por estimativa constituirá lançamento definitivo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

- A) Somente a assertiva I está correta.
- B) Somente a assertiva II está correta.
- C) Somente as assertivas I e II estão corretas.
- D) Somente as assertivas II e III estão corretas.
- E) Todas as assertivas estão corretas.

100. Os livros e documentos fiscais que servirem de base à escrituração do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), deverão, desde que não seja caso de dissolução da sociedade, ser conservados pelo prazo de:

- A) 02 (dois) anos, contados do seu encerramento;
- B) 05 (cinco) anos, contados do seu encerramento;
- C) 10 (dez) anos, contados do seu encerramento;
- D) 05 (cinco) anos, contados da última inspeção fiscal;
- E) 15 (quinze) anos, contados do seu encerramento.

101. Assinale a opção INCORRETA.

- A) A pessoa física ou jurídica cuja atividade esteja sujeita ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, ainda que isenta ou a ele imune, deverá inscrever-se na repartição fiscal competente, antes de iniciar quaisquer atividades.
- B) Todo aquele que se utilizar de notas fiscais avulsas, emitidas pelo Município de Porto Velho, mesmo na condição de autônomo, fica obrigado ao recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, no prazo de 10 (dez) dias do ato da emissão da Nota Fiscal.
- C) O contribuinte deve comunicar à Prefeitura, no prazo de 15 (quinze) dias de sua ocorrência, a cessação de suas atividades a fim de obter baixa de sua inscrição.
- D) Os livros fiscais a serem utilizados pelo prestador de serviços, para controle do imposto calculado sobre o movimento econômico têm a sua autenticação obrigatória na Secretaria Municipal de Fazenda.
- E) É obrigação de todo contribuinte exibir os livros fiscais e comerciais, os comprovantes da escrita e os documentos instituídos por lei ou regulamento sempre que solicitado pelos funcionários encarregados da fiscalização do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

102. São taxas cobradas pelo exercício do Poder de Polícia, EXCETO:

- A) licença para execução de obras;
- B) vistoria em edificações;
- C) alvará de saúde;
- D) expediente;
- E) uso de bem público.

103. Sobre o Processo Administrativo Tributário (PAT), NÃO está correto afirmar:

- A) desenvolver-se-á, ordinariamente, em duas instâncias, para instrução, apreciação e julgamento das questões surgidas entre o sujeito ativo do imposto e a Fazenda Municipal, relativamente à interpretação e aplicação da Legislação Tributária;
- B) a instância administrativa começa pela instauração do contencioso tributário e termina com a decisão irrecurável exarada no processo ou com o decurso de prazo para recurso;
- C) o PAT forma-se na repartição fiscal competente, mediante autuação dos documentos necessários à apuração da liquidez e certeza do crédito tributário não regularmente pago, com folhas devidamente numeradas e rubricadas e as peças que o compõem dispostas na ordem que forem juntadas;
- D) a instrução do processo compete aos órgãos da Secretaria Municipal de Fazenda por onde tramite;
- E) os prazos processuais serão contínuos, excluindo-se na contagem, o dia do início e incluindo-se o dia do vencimento e só se iniciam ou só se vencem em dia normal de expediente na repartição em que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

104. Conforme estabelecido na Lei Complementar nº 199/2004, as omissões ou incorreções contidas no Auto de Infração:

- A) acarretarão a nulidade imediata do documento;
- B) não acarretarão nulidade desde que o sujeito passivo apresente documentos que instruem corretamente o processo;
- C) em nenhuma hipótese acarretarão a nulidade do documento;
- D) ensejarão a nulidade plena do documento mesmo que sejam trazidos ao processo outros elementos suficientes para a determinação da infração;
- E) não acarretarão nulidade, quando do processo constarem elementos suficientes para a determinação da infração.

105. Um contribuinte do ISSQN teve seus livros fiscais extraviados. Neste caso, face ao que preceitua a Lei Complementar nº 199/2004:

- A) o contribuinte fica obrigado a restaurar a escrituração no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da ocorrência do fato, devidamente publicado no jornal de maior circulação local, durante 03 (três) dias consecutivos, sob pena de arbitramento do tributo;
- B) o contribuinte fica obrigado a restaurar a escrituração no prazo de 90 (noventa) dias corridos, contados da ocorrência do fato, devidamente publicado no jornal de maior circulação local, durante 03 (três) dias consecutivos, sob pena de arbitramento do tributo;
- C) o contribuinte fica obrigado a restaurar a escrituração no prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da ocorrência do fato, devidamente publicado no jornal de maior circulação local, durante 03 (três) dias consecutivos, sob pena de arbitramento do tributo;
- D) o contribuinte fica obrigado a restaurar a escrituração no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da ocorrência do fato, devidamente publicado no jornal de maior circulação local por 01 (um) dia, sob pena de arbitramento do tributo;
- E) o contribuinte fica obrigado a restaurar a escrituração no prazo de 90 (noventa) dias corridos, contados da ocorrência do fato, devidamente publicado no Diário Oficial do Município, durante 03 (três) dias consecutivos, sob pena de arbitramento do tributo.

AUDITORIA

106. Analise as assertivas a seguir e assinale a opção correta:

- I. O auditor deve obter evidências suficientes para identificar partes relacionadas na fase de planejamento possibilitando detectar, no decorrer dos trabalhos, quaisquer fatos relevantes que as envolvam.
 - II. O auditor deve considerar em seu parecer os efeitos decorrentes de transações e eventos subsequentes e relevantes ao exame das demonstrações contábeis, mencionando-os sempre como ressalva ou parágrafo de ênfase.
 - III. O auditor deve aplicar procedimentos específicos em relação aos eventos ocorridos entre as datas do balanço e a do seu parecer, que possam demandar ajustes nas demonstrações contábeis.
- A) somente a assertiva I está correta;
 - B) somente a assertiva II está correta;
 - C) somente as assertivas I e II estão corretas;
 - D) somente a assertiva III está correta;
 - E) somente as assertivas I e III estão corretas.

107. Quando as evidências que fundamentam o trabalho do auditor independente são obtidas a partir de informações verbais da administração da empresa auditada, torna-se necessário que o auditor confirme-as através do documento denominado:

- A) Ofício de Confirmação;
- B) Carta de Circularização;
- C) Carta de Responsabilidade da Administração;
- D) Carta de Declaração da Gerência;
- E) Ofício de Circularização.

108. Sobre a evidenciação das responsabilidades do auditor e da administração da entidade auditada que devem ser mencionadas no parecer, NÃO está correto afirmar:

- A) o parecer deve conter a descrição concisa dos trabalhos executados pelo auditor;
- B) o auditor deve, no seu parecer, declarar se o exame foi efetuado de acordo com as normas de auditoria;
- C) a administração é responsável pela preparação e pelo conteúdo das demonstrações contábeis, cabendo ao contabilista que as assina, a responsabilidade técnica;
- D) o auditor é responsável pela opinião que expressa sobre todas as demonstrações contábeis da empresa auditada;
- E) o parecer deve expressar, clara e objetivamente, se as demonstrações contábeis auditadas, em todos os seus aspectos relevantes, na opinião do auditor, estão adequadamente representadas ou não, consoante as disposições contidas nos Princípios Fundamentais de Contabilidade e nas Normas Brasileiras de Contabilidade e, no que for pertinente, na legislação específica.

109. Ao determinar a extensão de um teste de auditoria ou método de seleção de itens a serem testados, o auditor:

- A) deve, obrigatoriamente, usar métodos de amostragem estatística;
- B) pode empregar técnicas de amostragem;
- C) deverá, na determinação da amostra, empregar técnicas de amostragem não estatística;
- D) empregará, somente, testes estatísticos;
- E) pode utilizar técnicas de seleção aleatória baseada em sua experiência profissional.

110. Ao auditar a empresa Alfa S.A., o auditor independente constatou que as demonstrações contábeis da entidade auditada foram afetadas de maneira relevante pela adoção de práticas contábeis em desacordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade. Os desvios apurados pelo auditor, apesar de discutidos tempestivamente com a administração da empresa, não foram acatados. Considerando a situação exposta, está correto afirmar que o auditor neste caso, deverá emitir:

- A) parecer com ressalva ou adverso;
- B) parecer sem ressalva;
- C) parecer com abstenção de opinião;
- D) parecer com abstenção de opinião por práticas contábeis inadequadas;
- E) parecer com abstenção de opinião por incertezas.

111. Constitui o conjunto de todos os instrumentos da organização destinados à vigilância, fiscalização e verificação administrativa, que permitam prever, observar, dirigir ou governar os acontecimentos que se verificam dentro da empresa e que produzam reflexos em seu patrimônio. Essa definição corresponde:

- A) a Contabilidade;
- B) a Auditoria;
- C) ao Controle interno;
- D) ao Planejamento;
- E) a Controle de qualidade.

112. As Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade definem os conceitos de “erro” e “fraude”. De acordo com as referidas normas, assinale a opção que apresenta, exclusivamente, atos que caracterizam “erro”.

- A) Omissão de transações nos registros contábeis – aplicação de práticas contábeis indevidas;
- B) Interpretação incorreta das variações patrimoniais – aplicação incorreta das normas contábeis;
- C) Registro de transações sem comprovação – interpretação errada das variações patrimoniais;
- D) Aplicação de práticas contábeis indevidas – aplicação incorreta das normas contábeis;
- E) Supressão de transações nos registros contábeis – apropriação indébita de ativos.

113. De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade, sobre os “testes substantivos” está correto afirmar.

- A) Têm como finalidade a obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelo sistema contábil das entidades.
- B) São realizados nas áreas que necessitam de maior controle porque estão mais expostas a um risco proporcionalmente maior em termos de distorções.
- C) Têm como objetivo a verificação e avaliação dos controles internos, se estes estão de acordo com os processos requeridos pela administração e se são suficientemente seguros e confiáveis para a devida salvaguarda do patrimônio.
- D) Os principais testes substantivos são: teste de compras, testes de vendas, testes de custos e testes de pessoal.
- E) Os testes substantivos são também denominados como testes de aderência.

114. Analise as assertivas abaixo e assinale a opção correta.

- I. Os papéis de trabalho são de propriedade da entidade contratante dos trabalhos de auditoria que é responsável por sua guarda e sigilo.
 - II. Os papéis de trabalho são o conjunto de documentos e apontamentos com informações coligidas pelo auditor que constituem a evidência do trabalho executado e o fundamento de sua opinião.
 - III. Os papéis de trabalho podem ser preparados de forma manual, por meios eletrônicos ou por outros meios, e devem ser organizados e arquivados de forma sistemática e racional.
- A) Somente as assertivas II está correta.
 - B) Somente a assertiva III está correta.
 - C) Somente as assertivas I e III estão corretas.
 - D) Somente as assertivas II e III estão incorretas.
 - E) Todas as assertivas estão corretas.

115. É o conjunto de técnicas que permitem ao auditor obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar sua opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas. De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, a afirmativa refere-se:

- A) aos princípios fundamentais de auditoria;
- B) exclusivamente aos testes de auditoria substantivos;
- C) aos planos de auditoria;
- D) somente aos testes de observância realizados pelo auditor;
- E) aos procedimentos de auditoria.

DIREITO PENAL

116. Com relação aos Princípios Constitucionais do Direito Penal, marque a alternativa correta.

- A) A lei penal é, em regra, retroativa, excetuando-se, apenas, as hipóteses em que criar nova modalidade criminosa.
- B) O princípio da ampla defesa e do contraditório são inafastáveis, tanto no curso do inquérito policial como durante a ação penal.
- C) Não haverá pena de morte, de caráter perpétuo e de banimento, salvo em caso de estado de sítio e de defesa.
- D) O princípio da personalidade da pena, constitucionalmente previsto, estabelece que nenhuma pena passará da pessoa do condenado.
- E) É reconhecida a instituição do júri, assegurados a soberania dos veredictos, a votação pública e a plenitude de defesa.

117. No que se refere à aplicação da lei penal, assinale a alternativa correta.

- A) A lei posterior, que de qualquer forma favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, desde que ainda não decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- B) O Código Penal adota a Teoria da Ubiquidade no que se refere à determinação do tempo do crime.
- C) Não haverá retroatividade da lei penal quando ocorrer *novatio legis in pejus*.
- D) Há *novatio legis in melius* quando lei nova deixa de considerar determinada conduta como criminosa.
- E) Considera-se praticado o crime no local onde se produziu o resultado, independentemente do local da ação e da omissão.

118. Assinale a assertiva que está de acordo com o Código Penal Brasileiro em vigor.

- A) A coação física resistível exclui a tipicidade da conduta.
- B) Há exclusão da ilicitude quando o fato é cometido por menores de dezoito anos.
- C) A embriaguez completa, apesar de intencional, exclui a tipicidade da conduta.
- D) O estado de necessidade e o estrito cumprimento de dever legal são exemplos de causas de exclusão da culpabilidade.
- E) A coação moral irresistível é causa excludente da culpabilidade.

119. Com relação ao instituto da extinção da punibilidade, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) São causas de exclusão da punibilidade a morte do agente e a *abolitio criminis*.
- B) Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles implica necessariamente na extinção da punibilidade dos outros.
- C) O perdão judicial, que depende da aceitação do réu, é causa de extinção da punibilidade.
- D) É causa interruptiva da prescrição a publicação de acórdão condenatório recorrível.
- E) No caso de concurso de crimes, a verificação das causas de extinção da punibilidade incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente.

120. Em relação aos crimes cometidos contra a Administração Pública, assinale a assertiva correta.

- A) O crime de peculato não admite modalidade culposa e caracteriza-se pela conduta de apropriar-se o funcionário público de bem ou valor de que tem a posse em razão do cargo.
- B) Comete o crime de excesso de exação o particular que exige quantia a título de tributo, fazendo-se passar por funcionário público autorizado.
- C) A conduta de exigir, para si ou para outrem, em razão da função pública, vantagem indevida configura o crime de prevaricação.
- D) No crime de corrupção passiva, o funcionário público exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, vantagem patrimonial indevida.
- E) O crime de advocacia administrativa configura-se pela conduta de patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário público.